

**MARÃIWATSÉDÉ: MEMÓRIA DE LUTA, RESISTÊNCIA E CONQUISTA**LUCIANA AKEME SAWASAKI MANZANO DELUCI<sup>1</sup>CRISTIANE DE ASSIS PORTELA<sup>2</sup>

Historicamente, a sociedade brasileira apropriou-se de uma história a respeito do indígena, contada e/ou construída sob um único olhar - o oficial. Nele, o não índio se colocaria como o grande conquistador de um território desocupado e desprovido de cultura - considerada válida pelos colonizadores. Aos indígenas seriam tributadas as características de empecilho ao progresso.

A despeito da importância simbólica atribuída aos povos indígenas na construção da identidade nacional brasileira, naquilo que se referem aos registros da história oficial, eles estiveram ausentes e/ou exercendo papéis secundários, subalternizados a serem inseridos sob a condição de povos pretéritos e sem história. Nesse sentido,

[...] a exclusão dos índios na história brasileira ou sua presença estereotipada insere-se num contexto mais amplo, no qual os nativos do continente americano são retratados como curiosidades folclóricas em vez de produtores de processos históricos. A sombra do darwinismo social e do positivismo, que pregava o iminente e inevitável fim dos povos indígenas, estendia-se além do admissível. (GARFIELD, 2011, p.10-11)

Para que possamos, mesmo timidamente, superar uma perspectiva de invisibilidade, este artigo tem como objetivo descrever um pouco da história do povo *A'uwẽ Marãiwatsédé*, na qual são protagonistas. Para isso, traçaremos o percurso de sua chegada em Mato Grosso até o retorno ao território ancestral, numa trajetória de mais de 46 anos, que contempla a diáspora, a peregrinação e as lutas permeadas por avanços e retrocessos, envolvendo o povo *A'uwẽ*. A reconstituição dessa história se pautará principalmente na memória de atores, como os *Ropotorada*<sup>3</sup> – *A'uwẽ Marãiwatsédé*.

### 1.1. A FAZENDA SUIÁ MISSÚ EM TERRITÓRIO A'UWË MARÃIWATSÉDÉ

Em 1961 começou a ser instalada a primeira propriedade escriturada da região, contando com fartos benefícios fiscais provenientes do governo federal, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Essa propriedade era a Fazenda Suiá Missú que foi criada, em pleno território de *Marãiwatsédé*. “Agropecuária Suiá

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília – UnB. Professora formadora da Educação Escolar Indígena do CEFAPRO/SEDUC/MT

<sup>2</sup> Doutora em História pela

<sup>3</sup> Denominação dos anciãos *A'uwẽ* nascidos em *Marãiwatsédé* antes da retirada em 1966.

Missú S/A Barra do Garças/MT área total de 695.843ha e 8.351 m<sup>2</sup>, área do projeto: 17.600ha recursos próprios cr\$ 4.427.826,00 e incentivos fiscais<sup>4</sup> cr\$ 7.878.000,00<sup>5</sup>. (CASALDALIGA<sup>6</sup>, 1971, p. 49)

A família Ometto, proprietária da Fazenda Suiá Missu, além dos diversos benefícios concedidos pelo governo militar, vislumbrava a possibilidade de ter mão de obra barata<sup>7</sup>, que pudesse trabalhar apenas em troca de alimentos. Isso fez com que outras aldeias fossem trazidas para próximo da sede e quem demonstrasse resistência era exterminado. Assim, conseguiram convencer as duas aldeias a residirem próximo da sede para servirem de trabalhadores, em troca de comida. Nos dizeres de Giaccaria (2012), “[...] a fazenda Suiá Missu teria força de trabalho de graça, uma vez que precisavam apenas oferecer comida” (Padre Giaccaria, entrevista realizada em 25 de setembro de 2012).

Segundo Garfield, a Fazenda Suiá Missu oferecia “[...] comida e bugigangas aos índios em troca de prestação de serviços, como abertura de trilhas e construção de uma pista de pouso” (GARFIELD, 2011, p.163).

Porém, depois de um tempo os administradores da fazenda entenderam que não obtinham lucro, mantendo o grupo em troca de comida e convenceram os A’uwẽ a se deslocarem para a região próxima da cabeceira do Rio Xavantinho, uma vez que passaram a ser um “estorvo” para o proprietário da fazenda. Conforme explica Zeferino:

*Depois mudaram os xavante para outro lugar, nome da aldeia Ubrmré’ru por isso daqui para frente pressão em cima de nós para voltar acampamento na sede da Suiá Missu, depois os velhos comunicaram para a festa de cerimônia, quer dizer protetor dos homens, aí os jovens adultos e outros bem pintavam todos vermelhos com urucum, mas de repente os xavante levaram outro lugar de pertence de Barra do Garças de reserva São Marcos pra morar lá, com avião de aéreo. (Zeferino Tsimrihu, entrevista realizada em 3 de junho de 2012)*

Segundo Giaccaria (2012), no intuito de se desobrigar da relação com os A’uwẽ, o fazendeiro providenciou o transporte dos indígenas para a cabeceira do Rio Xavantinho,

<sup>4</sup> A política de incentivos fiscais consistia basicamente em conceder isenção de 50% no imposto de renda das grandes empresas estabelecidas em outras regiões, particularmente no sul-sudeste do país, desde que tais recursos fossem investidos na região amazônica. Na proporção de 75% de capital subsidiado das novas empresas e 25% do capital próprio. (FERRAZ E RODRIGUES, 1992, p. 14)

<sup>5</sup> Cruzeiro (cr) era a moeda corrente no Brasil

<sup>6</sup> Pedro Casaldaliga, em 1971, Bispo da Prelazia e São Felix do Araguaia. “Se “a primeira missão de um bispo é ser profeta” e “o profeta é a voz daqueles que não tem voz” (Card.Marty), eu não poderia honestamente ficar de boca caladão receber a plenitude do serviço sacerdotal. (CASALDALIGA, 1971, p.3)

<sup>7</sup> “um sério problema com que se defrontam as empresa Agropecuárias da região é a mão de obra. Não conseguem entre os elementos locais esta mão de obra desejada que, além de escassa já conhece os métodos de tratamento destas companhias” (CASALDALIGA, 1971, p.26)

levados para uma região de varjão; a situação se complicaria ainda mais, uma vez que o terreno era ora alagadiço, ora seco, ou seja, quando fazia seca, não tinha nada, quando chovia, a terra não absorvia a água da chuva e ficava alagadiça. Assim, diante das dificuldades de sobreviver naquela região, muitos indígenas começaram a adoecer. Em 1965, haviam morrido 11 adultos e algo em torno de 20 crianças. Com isso, os representantes da fazenda demonstram preocupação e acabaram convencendo o grupo a se mudar para outra região, desta vez mais ao sul. Assim relata o ancião Zeferino.

*Os Xavante não entendem os brancos quando contato primeiro região Suiá Missu, o Xavante receber os brancos, com harmonia, mas os brancos inteligentes pra levar para São Marcos, discutir com padre e fazendeiros, por isso os brancos deixaram pra Xavante marãiwatsédé de graça rapadura, arroz, fumo, bolo, e muito mais [...] esse minha palavra é sério, o senhor Ariosto, esse primeiro contato do Marãiwatsédé, o filho do Ariosto é Riva, aonde mora é Cuiabá. Assim é coisa mais horrível, depois Dario receberam o contato dos Marãiwatsédé, a terra não é dele, é nosso coração a terra, nós fazemos para criar a aldeia limpamos, capinaram com enxada e foice pra fazer casa. Depois fazer campo de aviação, a nossa alimentação trouzeram onde acampamento suiá missu, só os homens trabalham, carne farofa, rapadura. (Zeferino Tsimrihu, entrevista realizada em 4 de julho de 2012)*

Há a presença de não indígenas na aldeia dos A'uwê Marãiwatsédé, quando da realização da festa de perfuração de orelhas do grupo Nodzo'ü. Um dos que participou da convivência com o povo A'uwê de Marãiwatsédé foi Dario (não indígena), que era o gerente da fazenda Suiá Missu. “O Dario nosso irmão sempre acompanhou dança, festa cerimonia, o nodzo'u já é moço.” (Zeferino Tsimrihu, entrevista realizada em 4 de julho de 2012). “O Dario foi criado como filho, para defender o povo A'uwê Marãiwatsédé, porém ele não teve coragem de falar, na presença das autoridades, para evitar a transferência, a gente pensa no waradzu que está do lado dos índios.” (Francisco Tsipé, entrevista em 27 de maio de 2012)

Segundo Garfield (2011), e conforme demonstram as entrevistas realizadas, os A'uwê Marãiwatsédé foram violentamente forçados ao exílio, assim como as comunidades A'uwê da região de Couto Magalhães. Para Garfield, “A subordinação dessa comunidade, último contingente Xavante contatado assinalou a rendição final dos xavante à dominação waradzu” (GARFIELD, 2011, p.163). Aracy Lopes da Silva (1986) ressalta que todos os A'uwê, de alguma forma, tiveram perdas de território. Garfield (2011), diz que alguns foram literalmente arrancados dos seus territórios anteriores ao contato. Esse foi o caso dos A'uwê Marãiwatsédé.

## 1.2. A DIÁSPORA E A PEREGRINAÇÃO POR OUTROS TERRITÓRIOS

Certo dia, Damião sonhou que [...] deveria liderar seu povo de volta a Marãiwatsédé e, assim, iniciou a luta [...]

*Duas vezes sonhei que alguém apareceu, para ser, indicado não é pelo povo xavante, indicado de sonho espírito, porque eu tenho que assumir esta proposta, chamar, trazer os xavante que foram esparramado em 1966, por que em 1981 éramos uma população de 30 pessoas, a população era pequena de Marãiwatsédé, e aí cada ano cada reserva que nós ajudamos e o pessoal que ficou em São Marcos foi mudando cada um pouco e chegando 120, 130, 150. E fomos nos juntando novamente. (Damião Paridzné, entrevista realizada em 5 de junho de 2012)*

No mês de agosto de 1966, de acordo com o Padre Bartolomeu Giaccaria, a Força Aérea Brasileira – FAB - de Campo Grande, que fazia o correio aéreo da região, fez o transporte dos A'uwẽ Marãiwatsédé – com apoio da fazenda - até a Missão Salesiana de São Marcos, nas proximidades de Barra do Garças, onde um grupo de A'uwẽ já vivia com a Missão. Foram realizadas três viagens de avião para levar o grupo todo. “A transferência/deportação foi feita em aviões da Força Aérea Brasileira.” Segundo Canuto (2012), foram 286 os deportados, assim

A transferência dos índios que representavam um “incomodo” para os novos “proprietários” da terra Xavante contou com o apoio da FAB, dos Padres salesianos e para que tudo fosse feito “dentro da lei”, com o aval do SPI. Expressa na [...] autorização<sup>8</sup> datada de 11.7.66 e assinada por Nilo Oliveira Vellozo, então chefe do SASSI (Serviço de Assistência ao Índio). (FERRAZ e RODRIGUES, 1992, p.28)

A anciã, Cristina Rêbawẽ, vive hoje na aldeia Marãiwatsédé; ela conta tudo o que viu e sentiu nos acontecimentos de 1966.

*Os waradzu nos enganaram, pensamos que iam nos defender que era um amigo de olhar bom sempre, porém os primeiros colonos disseram que ninguém ia nos defender, e que ninguém podia ficar, eles nos empurraram para andar na pista do avião. Alguns não queriam ir, mas eles não deixavam ficar para atrás. O choro de deixar a terra mãe Marãiwatsédé, alguns perceberam que iam nos levar para longe em outro lugar e sentimos muita tristeza. (Cristina Rêbawẽ, entrevista<sup>9</sup> realizada em 10 de agosto de 2012)*

Na lembrança do Anciã Zeferino permanece a imagem da retirada dos A'uwẽ Marãiwatsédé, de seu território tradicional.

*Esse é muito sentimento [...] quando eu relembro expulsaram nosso povo de Marãiwatsédé, depois da cerimonia do Wai'a, ainda bem pintado o corpo do velho até na pista do avião, aonde o lugar de Pedaré<sup>10</sup>. Povo Marãiwatsédé dormiu um pouco ainda rápido, crianças, moços, e moças adolescentes mais velhos e outros, muito sentimento quando eu lembrei aonde que sabem manifestar companheiros,*

<sup>8</sup> “Pela presente, fica autorizada a missão salesiana São Marcos a transportar índios xavante da aldeia próximo a São Felix, Mato Grosso, até aquela missão, desde que os mesmos assim o desejem, ficando a permanência dos referidos índios condicionada a vontade dos mesmos. (Ferraz e Rodrigues, 1992, p.28)

<sup>9</sup> Tradução da professora Carolina Rewaptu

<sup>10</sup> Segundo Cosme, este lugar leva este nome porque foi onde uma mulher quebrou a perna.

*povo Marãiwatsédé não entende, pensar pra levar harmonia, depois levaram São Marcos com avião, depois volta buscar outro, fazer três viagens, tem filme de Marãiwatsédé o nosso irmão Dario tudo filmou. (Zeferino Tsimrihu, entrevista realizada em 4 de julho de 2012)*

Todos tinham um sentimento em comum: a incerteza do destino e a certeza do retorno. Uma dúvida pairava no ar: como retornar, se no avião não era possível enxergar o caminho? Mas isso, como conta a história, não impediu o retorno dos que mantiveram firmes laços com seus antepassados.

Segundo relato de Damião Paridzané, atual cacique de Marãiwatsédé, em 1966, os Xavante de Marãiwatsédé foram convencidos a deixar sua terra de origem para viver na Reserva São Marcos. Lá foram expostos a novas doenças que levaram, no mesmo ano, à morte de cento e cinquenta A'uwẽ. Os que restaram perambularam por outras terras indígenas, como Sangradouro e Couto Magalhães, numa diáspora forçada. Desde a retirada de Marãiwatsédé, os A'uwẽ mantinham o forte propósito de retornar à sua terra, mas muitos, principalmente os mais velhos, não conseguiram voltar, uma vez que acabaram morrendo pelo caminho.

### 1.3. EM SÃO MARCOS: A EPIDEMIA DE SARAMPO

Quando chegaram a São Marcos, estavam muito debilitados. O Padre Bartolomeu Giaccaria estava presente e conta que foi uma “judiação”, pois chegaram muito fracos. “Tinha coisa impressionante [...] Um rapaz que estava dentro de um cestinho assim [mostra com as mãos] era só osso! Era impressionante! Eu não tinha máquina fotográfica, mas mesmo se tivesse não daria para tirar foto pela situação”(Giaccaria, entrevista realizada em 25 de setembro de 2012). Ao lembrar-se do acontecimento o Padre Giaccaria, que percorreu muitas terras e viu muitas coisas acontecer entre os A'uwẽ, expressa tristeza diante das lembranças.

Além disso, ele relata que houve uma epidemia de sarampo em São Marcos e muitos desses indígenas morreram; calcula que tenha morrido algo em torno de 80 dos quase 300 que haviam se deslocado de Marãiwatsédé. Eles nunca tinham tido sarampo e todos pegaram, inclusive os A'uwẽ de São Marcos que também acabaram morrendo, embora em número menor do que o povo de Marãiwatsédé que estava muito debilitado e foi o mais acometido. Toda semana a missão enviava soro e remédios de Campo Grande, tentando recuperá-los.

Zeferino relata essa passagem, na percepção do universo A'uwẽ Marãiwatsédé.

*Em São Marcos, depois de dois dias houve corrida de buriti, mas pedaço de buriti quebrou um pedaço, isto significa, que algo um dia vai acontecer, quem levantou primeiro foi lugar foi o pai do Arnaldo contra Horlando com ganharam corrida de buriti, comunidade que chegaram nova. Amanheceu, quer dizer aonde o peixe fraco cedo com batida do timbó morre cedo, assim é igual com nós ninguém não sabe para acontecer, ninguém não avisou o que estão programando contra nós. Tosse, mais riscos, dor de cabeça, febre, sarampo, quem falece enterra junto só uma vez com buraco muito grande igual a cachorro ou animais, isso é brincadeira, com nós, ninguém não defesa com favor, por isso muito sentimento. (Zeferino Tsimrihu, entrevista realizada em 4 de julho de 2012)*

Percebemos a relação entre a doença e a situação ocorrida, durante a corrida de buriti, o que revela as crenças dos A'uwê nos fatos que geram uma compreensão de mundo somente concebida no cerne do grupo. O fato de a tora de buriti ter quebrado o pedaço foi um “aviso” de que algo iria acontecer e, segundo ele, assim aconteceu.

Acerca da estadia em São Marcos e as peregrinações em outras terras guiar-nos-emos pelas lembranças do cacique Damião Paridzané, que tomou para si, a partir de seu sonho, a responsabilidade de unir novamente seu povo. “Eles não ficaram muito tempo em São Marcos porque eles sempre tiveram a ideia de voltar para Marãiwatsédé” (Padre Giaccaria, entrevista realizada em 25 de setembro de 2012). E, assim, é como uma vida que expressa a própria história do povo.

#### 1.4. COUTO MAGALHÃES: CONFLITOS INTERNOS

De acordo com o cacique Damião Paridzané (2012), depois da epidemia de sarampo que aconteceu em São Marcos, muitos indígenas saíram para não morrerem com a doença. Isso aconteceu em 1966, quando um grupo foi para Sangradouro e outro para Couto Magalhães. A família de Damião mudou-se para Couto Magalhães, em 1971. Naquela época, Damião estudava em São Marcos e permaneceu naquele local por 10 anos até concluir a 6ª série, junto com mais 25 jovens estudantes, que pertenciam à classe de idade Anaro'wa e passavam pela educação tradicional A'uwê, recebendo os ensinamentos com o seu grupo no Hö.

O fato de estar separado da família fazia com que todo ano recebesse um comunicado de sua mãe, que mandava lhe dizer que sentia sua falta. Quando terminou a furação de orelha, ainda moço, em 1974, recebeu novamente o recado da mãe. Havia ficado todos esses anos sem visitar a família.

Os longos anos fez com que sentisse muita falta da família e isso o levou, em 1977, a deixar São Marcos, para encontrá-los em Couto Magalhães. Quando chegou, percebeu que todo o pessoal de Marãiwatsédé se resumia a, aproximadamente, 20 pessoas, era “pouca

gente”. Damião e seu grupo ficaram em Couto Magalhães por quatro anos. Em 1980, aconteceu, em função de um desentendimento interno na aldeia, um conflito que quase gerou uma guerra entre os A’uwẽ. O motivo principal foi a morte, por afogamento, de uma criança que ainda não sabia andar direito e caiu no rio. O grupo Norõdzura, de Couto Magalhães, acusou o grupo de Marãiwatsédé de ter jogado a criança no rio e isso desencadeou o conflito.

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI<sup>11</sup> - precisou intervir para que não houvesse o extermínio do povo de Marãiwatsédé que se encontrava em número bem inferior ao de *Norõtsura*. Além disso, os Norõdzura reuniram os outros A’uwẽ da região do Culuene para lutar contra o pequeno grupo de Marãiwatsédé, uma vez que acreditavam no grupo de Couto Magalhães. Damião conta que quem entrevistou foi Cláudio Romero, então presidente da FUNAI, que conseguiu evitar maiores desdobramentos do conflito. Depois de dois dias, o grupo de Marãiwatsédé recebeu o convite do cacique Adão para mudar para uma aldeia em Areões. Naquele tempo, Damião ainda não era cacique, mas acompanhava as discussões e as decisões dos mais velhos.

*Eu sempre estava acompanhando este grupo de Marãiwatsédé. Era moço ainda, nem sabia conversar em português direito, nunca saímos naquela época, só estudamos na escola dos padres quando era moço, não sabia falar bem, não tinha sistema de conhecimento, não conhecia governo federal, nem conhecia a FUNAI, nem pensava que ia ser cacique. (Cacique Damião Paridzané, reunião realizada em 5 de julho de 2012).*

#### 1.5. AREÕES: SÓ AREIA E CASCALHO... NÃO ERA POSSÍVEL PRODUZIR ALIMENTOS

Na aldeia de Areões construíram doze casas para acomodar o povo de Marãiwatsédé, uma vez que era pouca gente. Lá permaneceram não mais que três anos, porque a reserva de Areões era formada por muita areia e cascalho e não tinha mata para fazer roça e dela retirar o sustento das famílias, ou seja, era um lugar que produzia poucos alimentos. A decisão de mudar se deu, quando Warodi, filho do grande líder Apõwẽ, na ocasião cacique de Pimentel Barbosa, permitiu a sua entrada, no limite dessa reserva, onde fundaram a aldeia denominada Água Branca.

*Eles fizeram reunião e eu também estava participando, por que aí comecei de representar, ajudei com o pessoal que tá com a gente, esta população de Marãiwatsédé. Aí comecei de mexer e fui percebendo, conhecendo todo o caminho que deveria percorrer. [foi quando Damião teve os 2 sonhos que deveria liderar seu povo]. Eu ainda, desde 1966 lembrando e sonhando com Marãiwatsédé daqui, esta*

<sup>11</sup> Órgão indigenista do Estado criado em substituição ao SPI.

*Marãiwatsédé que nunca esqueci.* (Cacique Damião Paridzané, reunião realizada em 5 de julho de 2012).

### 1.6. 20 ANOS EM PIMENTEL BARBOSA: ÚLTIMA MORADIA EM TERRA ALHEIA

Assim, em 1984, mudaram de Areões para TI Pimentel Barbosa. Na aldeia Água Branca viveram com certa tranquilidade por, aproximadamente, 15 anos. Em 1992, Ferraz e Rodrigues relatam a condição dos A'uwẽ Marãiwatsédé nessa aldeia:

Finalmente em 1984 formaram a aldeia Água Branca situada em uma área maior. Após muitos anos de separação, aglutinaram-se em Água Branca somente os índios de Marãiwatsédé. Mesmo assim calcula-se que atualmente metade do grupo está disperso em outras aldeias, totalizando cerca de 700 pessoas. Sabe-se, contudo, que os outros estão dispostos a juntarem-se aos de Água Branca e retornarem a Marãiwatsédé. (FERRAZ e RODRIGUES, 1992, p.67)

Essa tranquilidade, segundo Damião (2012), foi abalada em função da existência de uma política interna dos A'uwẽ, liderada por um indigenista do escritório regional, que passou a “contaminar a cabeça” das lideranças contra o povo de Marãiwatsédé, comunidade que não parecia ser bem vista pelo referido indigenista. Isso desencadeou certo atrito ente os dois grupos de A'uwẽ, ou seja, os A'uwẽ de Pimentel e os A'uwẽ de Marãiwatsédé. Os primeiros insistiram, então, que estes deveriam sair de Pimentel Barbosa, pois o território deles era em Marãiwatsédé.

*Aí percebi e vi enxerguei no futuro falei para nosso pessoal se continuar desse jeito se a gente seguir ocupando a reserva de Pimentel, nunca vai melhorar, comecei de pensar, olha eu vou passar na FUNAI, conversar com presidente da FUNAI, Claudio Romero, disse pra ele: Nós queremos voltar para Marãiwatsédé, mas eu quero que a FUNAI batalhar, lutar, junto ao governo federal para poder retomar a terra de Marãiwatsédé, a terra de Marãiwatsédé é nossa origem. Ai Claudio Romero falou: eu estou disposto, estou disposição, vamos lutar mesmo difícil, mas nós vamos conseguir, a luta é demorada, mas vamos conseguir demarcar a Terra Indígena.* (Cacique Damião Paridzané, reunião realizada em 5 de julho de 2012. [grifo nosso])

### 1.7. INÍCIO DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO

Foi quando se iniciou o processo de demarcação<sup>12</sup>, mas, apesar do contexto de adversidade, o povo de Marãiwatsédé continuou morando em Pimentel Barbosa por mais uns cinco anos. Nesse local morreram, nos 20 anos de permanência, mais de 205 pessoas, dentre elas, alguns velhos que estavam retornando para reencontrar o lugar onde nasceram e

<sup>12</sup> O processo de demarcação consiste em diversas fases, é fundamentada em laudo antropológico. Todo o procedimento administrativo para a demarcação de terras indígenas está fixado no decreto nº 1775 de 8 de janeiro de 1996 – Lei de Terras Indígenas.

viveram, quando jovens. O sentimento de Damião era de que nem todos iriam ver novamente a sua terra natal.

Durante o período que antecedeu a demarcação, o cacique Damião realizou, junto com outros guerreiros, visitas a Marãiwatsédé.

*Estive aqui antes de 1992, buscando “Pati”, na nossa língua Ub’nhia’tsi’pre, para fazer arco de origem que a gente usa. Vim duas viagens sem falar com ninguém só vindo o grupo de guerreiros que vinham tirar este material para fazer arco. Eu acompanhando vendo, mas eu senti muito a sede da fazenda Suiá, da aldeia, desse lugar também quando a gente ocupava entra vai sair lá na sede Suiá depois lá no rio Xavantino até serra nova. Eu chorei eu encontrei aldeia antiga, passei 3 vezes lá. Pensei. Lembrei de tudo que a gente conviveu quando aqui a gente morava, eu nasci aqui, eu não tenho a história com papel história do papel, como minha vó sou pessoalmente, nascido e criado aqui, por isso não quero desanimar, eu não quero desistir não quero assumir a proposta do governador para a troca da terra, pois sou descendente de Marãiwatsédé, nascido aqui criado aqui não quero desistir. Começamos de lutar e é longa a história até hoje. (Cacique Damião Paridzané, reunião realizada em 5 de julho de 2012).*

Segundo Casaldáliga, “[...] anualmente os Xavante voltavam para a terra que foi ‘roubada’ pela cobiça latifundiária para explorar o pati, árvore usada na confecção dos arcos e das flechas”. (CASALDÁLIGA, 1971, p.22). No relatório de identificação da área indígena de Marãiwatsédé, também consta essa incursão pelo território tradicional.

Desde então os índios sempre reivindicaram o retorno a sua região, empreendendo viagens anuais, do conhecimento de todos os moradores locais, para visitar as aldeias e cemitérios antigos, além de recolher materiais nativos que não são encontrados na aldeia onde vivem atualmente, Água Branca, na área Indígena de Pimentel Barbosa, terra “emprestada pelos parentes”. (FERRAZ e RODRIGUES, 1992, p.2)

Mesmo permanecendo em Água Branca, o povo de Marãiwatsédé tinha a consciência de que aquele não era seu lugar, e lembrava sempre que lá era diferente de Marãiwatsédé já que ali não se encontravam os recursos necessários à vida plena dos A’uwẽ Marãiwatsédé. Assim,

[...] [em Água Branca] é mais difícil, não tem caça, não tem inhamé, não tem pequi, não tem pati, não tem mais para produzir. Lá é só cerrado, campo de cerrado plano, não é bom para a gente ficar. Até hoje nós estamos aqui, acho que vamos passar dificuldade, passar fome, porque lá a mata é pouquinho. Já está acabando. Por isso nunca esquecemos, porque aqui é terra sagrada, terra que dá produção, tem mata, tem caça, tem tudo. A gente hoje [...] o interesse nosso, o meu interesse é voltar aqui. (DAMIÃO PARIDZANÉ *Apud* FERRAZ; RODRIGUES, 1992, p.68)

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, os A’uwẽ Marãiwatsédé obtiveram o compromisso de restituição de sua terra. O

compromisso foi assumido por Gabriele Cagliari, então presidente da corporação italiana Agip Petroli, cuja filial AGIP do Brasil S/A que era a proprietária da Liquifarm Agropecuária Suiá Missu S/A. A Agip Petroli era uma holding da estatal Ente Nazionali Idrocarburi - ENI - uma poderosa organização de petróleo da Itália- que, por pressões de ambientalistas italianos se comprometeram verbalmente que, durante a Eco-92, devolveriam a terra aos A'uwê.

Extraoficialmente, a Agip Petroli, localizada na Itália, havia se manifestado a favor da restituição da terra aos A'uwê, segundo carta enviada a FUNAI por Mariano Manpieri que dizia: “[...] a AGIP está disposta a dar garantias e condições para o retorno dos Xavante à área, caso o governo brasileiro declare a área como de ocupação indígena, reconhecendo a imemorialidade da terra Xavante”. (FERRAZ e RODRIGUES, 1992, p.94)

O reconhecimento veio com o relatório de identificação da área indígena Marãiwatsédé, realizado a partir dos estudos do grupo de trabalho instituído pela Portaria 009, de 20 de janeiro de 1992, e liderado pelas Antropólogas da FUNAI – Patrícia de Mendonça Rodrigues e do Centro de Trabalho Indigenista – CTI Iara Ferraz. Esse extenso relatório identifica a Terra Indígena de Marãiwatsédé. Além das antropólogas, Zeferino também descreve sua percepção sobre a movimentação dos indígenas, para que houvesse um estudo para identificação da terra de Marãiwatsédé.

*O nosso cacique Damião Paridzané foi em Brasília para conversar com Iara e Mariano<sup>13</sup>, chegaram a Água Branca, depois foram para Suiá Missu para fazer, remarcar a terra, colocar o pedaço de madeira para fronteira, depois fazer levantamento voltaram para a aldeia Água Branca para discutir todas as lideranças para fazer manifestação sobre a nossa terra. Por isso, atual não vou ficar amolecer esse a terra é nosso, nunca não vou deixar para os fazendeiros, esse é o criador, alimentação, cemitério, é verdade, não vou deixar a minha mão com a nossa terra. Esses posseiros, fazendeiros, grileiro e outros que vieram estrangeiro que vai sair daqui é assim eu relembrei pra vocês é muito sentimento é melhor que ter que sair logo, minha visão está com pressa para mandar embora. (Zeferino Tsimrihu, entrevista realizada em 3 de junho de 2012)*

Infelizmente a demarcação e homologação foram demoradas, vindo a acontecer somente sete anos depois da identificação, em 11 de dezembro de 1998, ocasião em que foram demarcados 165.241 hectares, por Decreto do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A demora permitiu que a terra de Marãiwatsédé fosse invadida por pequenos posseiros, militantes do movimento sem-terra e grileiros, incentivados por políticos e

<sup>13</sup> Acreditamos tratar de Iara Ferraz e Mariano Manpieri

fazendeiros da região. Estes últimos permaneciam como posseiros de terras imensas em plena terra indígena homologada. Assim,

Essa invasão criminosa que deita suas raízes em interesses econômicos e políticos de toda ordem, objetiva estimular a entrada de famílias de posseiros na TI, buscando, com isso, impossibilitar a volta dos índios. Com o tempo, as pequenas propriedades que brotaram na mata foram dando espaço a grandes e médias fazendas, ao passo que Marãiwatsédé transformava-se na TI mais devastada da Amazônia Legal [...]. (PARET e FANZERES, 2012, p 07-08).

Apesar de o relatório de identificação da área indígena de Marãiwatsédé apresentar em sua conclusão que o estudo delimita a terra tradicional dos A'uwẽ Marãiwatsédé em 200.000 hectares, a área demarcada foi de 165.000, deixando parte do território tradicional ainda fora dos limites da TI. Isso se deu em função de uma decisão tomada por dirigentes da FUNAI, que optaram pela demarcação de parte da fazenda, com a alegação de que assim "apressariam o processo", deixando o restante para um "depois" que a comunidade acredita que dificilmente acontecerá.

Assim, a área demarcada corresponde somente a uma parte do que o Grupo de trabalho – GT - identificou e apenas uma parcela da fazenda foi demarcada e homologada. Atualmente todas as terras indígenas A'uwẽ Uptabi, segundo Gomide (2011), se caracterizam por esta realidade:

A ocupação/expansão capitalista no centro oeste brasileiro atingiu seu território e determinou sua ocupação em fragmentos que são as atuais terras indígenas. Por este motivo existem hoje nove terras xavante que se encontram ilhadas e distanciadas umas das outras. (GOMIDE, 2011, p.14)

Isso nos faz refletir sobre as questões que envolvem o conflito entre “terra indígena” e “território”:

A noção de ‘terra indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob égide do Estado, enquanto a de território remete a construção e a vivência, culturalmente variável da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.[...] Na transformação de um território em terra, passa-se das relações de apropriação(que prescindem de dimensão matéria) à nova concepção de posse ou propriedade. (GALLOIS *Apud* GOMIDE, 2011, p.15)

Ainda que, tendo seu território demarcado em Terras Indígenas – Tis -, os A'uwẽ se movimentam, exercendo sua territorialidade, utilizando para tanto não só espaços da TI demarcada, mas frequentando lugares tradicionais, fora dos limites demarcados, mesmo tendo sido estes transformados em fazendas ou cidades, pois outrora era a totalidade de sua

territorialidade. Mesmo estando demarcadas as TIs, esses outros espaços continuam sendo parte de sua movimentação, de seus usos e cultura, diferente da sociedade envolvente que tem dificuldades de perceber essa relação, pois vivenciamos a noção de propriedade e não de territorialidade. Isto também vem reafirmar que as maiorias das TI's demarcadas não condizem com o território tradicional, conforme depreendemos da memória que se mantém viva nos relatos dos A'uwẽ.

### 1.8. RETORNO DEFINITIVO À TERRA TRADICIONAL

A luta do povo A'uwẽ de Marãiwatsédé ainda continuaria e, após anos, um acampamento de dez meses à beira da BR 158 - novembro de 2003 a agosto de 2004 - e a morte de três crianças, os A'uwẽ Marãiwatsédé, retornaram ao seu território, em 10 de agosto de 2004, em estado insalubre, sofrendo pressões e ameaças e morte de membros da comunidade, momento em que receberam autorização judicial para se assentarem em uma área de 15 mil hectares em Marãiwatsédé e resolveram entrar definitivamente na Terra Indígena, ocupando parte da Fazenda Karu, onde foram construindo uma aldeia provisória.

*Ocupamos a fazenda Karu e construimos barracos provisórios na beira da mata. Atualmente considerado córrego da Aldeia. No ano seguinte a comunidade foi vendo e os velhos escolheram o lugar onde vai ser a aldeia, fomos construindo a aldeia em forma de círculo aberto. Além disso, aconteceu a construção da escola, do posto de saúde e da igreja. O que tinha na fazenda Karu, desapropriada, fomos mantendo as casas da fazenda, a pista de avião e atualmente temos roça mecanizada e a roça de toco familiar. Estamos tentando melhorar a nossa sustentabilidade na nossa comunidade de Marãiwatsédé. (Cosme Rité, entrevista realizada em 6 de setembro de 2011)*

Em relação à área, durante anos, ela foi explorada por latifundiários, madeireiros e outros que foram responsáveis pelo assolamento da fauna e desmatamento da flora para o plantio de lavouras mecanizadas e criação de gado. Quando os indígenas entraram, não encontraram mais a terra Marãiwatsédé de antigamente, uma vez que “[...] não havia mata ou campos de cerrado para a caça e a coleta, atividades fundamentais para reprodução física e cultural dos Xavante”. (PARET e FANZERES, 2012, p.24). Segundo os autores,

Em 1992, dos 165.241 hectares (há) demarcados, havia 108.626ha de mata (66% do total da área) e 18.537ha (11% do total da área) de cerrado. Os 23% restante era áreas degradadas, com a entrada dos posseiros, teve início a fase de grandes desmatamentos na TI, que perdura até hoje. (PARET e FANZERES, 2012, p. 23)

Da área total de Marãiwatsédé, 65% encontra-se desmatada. Mesmo assim, no retorno a terra, a alegria do povo está retratada nas lembranças do cacique Damião Paridzané que diz: “Na primeira noite em que chegamos aqui eu nem dormi! Dançamos a noite toda! Era lua cheia, batemos palma. Cantamos. No outro dia também dormimos pouco. A gente estava muito feliz. Matei porco, comemos [...]”.(Projeto político-pedagógico, 2010, p. 9-10)

A alegria era compartilhada por todos, como podemos perceber nos dizeres da professora Carolina: “Marãiwatsédé é bom, é alegria [...] não é mais tristeza [...] triste era ficar na terra que não era nossa, aqui nós temos história”. (Carolina Rewaptu, entrevista em 29 de maio de 2012). Assim, estar em Marãiwatsédé significa, acima de tudo, retornar ao lugar de origem e de memória.

Mesmo com a homologação, a área continua ocupada por fazendeiros, posseiros, estabelecimentos comerciais, criação de gado, plantação de soja, vendas de lotes, entre outros ocupantes. Tudo com a conivência dos governos municipais e estadual. Isso faz com que os indígenas vivam sob constantes ameaças devido à ocupação da terra e o desmatamento.

A despeito das denúncias e de uma forte mobilização popular em apoio à causa Marãiwatsédé, seguem as vendas de lotes, a renovação de cercas, a criação de gado, a plantação de soja, entre outras atividades e uma forte hostilidade por parte da população regional. Rosa analisa a permanência desses conflitos:

As principais resistências à convivência entre os A'uwẽ Uptabi e os waradzu estão pautadas nas questões fundiárias e todos os projetos de desenvolvimento para a região objetivaram extirpar os vários grupos indígenas de suas terras em Mato Grosso. A identidade e a diferença estão em estreita conexão com as relações de poder. O poder de definir a identidade e marcar a diferença não é nunca inocente. A inclusão e a exclusão, marcas presença do poder e, em seu interior, demarca fronteiras entre ‘nós e eles’. (ROSA, 2008, p. 108-109)

Alegando uma ação para amenizar os conflitos, foi aprovada uma Lei estadual de nº 9564, de 27 de junho de 2011, propondo a permuta da TI Marãiwatsédé pelo Parque Estadual do Araguaia. Porém isso revela a articulação política das autoridades do estado e dos interesses econômicos que incidiam sobre a área, com o plantio de grãos, pecuária e especulação imobiliária e processos associados, como o asfaltamento da BR 158.

A proposta de permuta, por um lado, desrespeita o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 que reconhece os “[...] direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Por outro, as terras do Parque Estadual do Araguaia eram desconhecidas dos A’uwê Marãiwatsédé e, portanto, não se constituíam como território tradicional.

Deve-se considerar que a relação dos índios com suas terras possui um significado manifestamente diverso daquele existente com os integrantes da sociedade hegemônica. Com efeito, a terra não constitui simples moradia para os indígenas, mas representa um elo que mantém a união de seus integrantes, permitindo sua continuidade ao longo do tempo e possibilitando a preservação de sua cultura, de seus valores e de suas tradições. Ao ser privado de seu território tradicional, o grupo indígena perde seu maior referencial, tende a dispersar e corre sério risco de desaparecer. É preocupante conceber uma comunidade de índios como um objeto que pode ser deslocado para um outro espaço, a depender dos interesses econômicos em jogo. (Acessado em: <http://www.prmt.mpf.gov.br/noticias/nota-sobre-terra-indigena-maraiwatsede> acesso em 20/09/2012)

Os A’uwê Marãiwatsédé rejeitaram veementemente a proposta de permuta e decidiram permanecer na terra já homologada em 1998. O grupo de Marãiwatsédé mantém-se unido na resistência em permanecer na terra de seus ancestrais. Conforme afirma Damião:

*Não aceitamos a troca da nossa terra, lá é nossa origem, não aceitamos nenhuma proposta, minha comunidade sabe, o dinheiro acaba em um dia, mas nossa terra é pra sempre, não queremos deixar nosso território, nós comunidade não quer sair, pois sabe que é nosso território que o governo federal demarcou. Lá tem cemitério, aldeia antiga de origem, não vamos deixar.* (Damião Paridzané, entrevista realizada em 9 de maio de 2012)

Diante da negativa da comunidade A’uwê Marãiwatsédé, que encaminhou documentos com assinaturas para a FUNAI e Ministério Público Federal, foi cassada a liminar que suspendia a desintrusão e, em 30 de julho de 2012, foi apresentado o plano de desintrusão da área para o Tribunal Regional Federal, obtendo parecer favorável, por considerarem que apresentava elementos coerentes com a ação pacífica que se desejava efetivar. No dia 7 de novembro de 2012, tiveram início as primeiras notificações às famílias não indígenas, a fim de que procedessem a saída da terra ocupada ilegalmente.

Há que se registrar que o auge do processo de luta pela retirada dos invasores foi a participação do Cacique Damião Paridzané, dez guerreiros e uma liderança feminina na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, ocorrida em 2012. Isso trouxe maior visibilidade à causa e conquistou apoiadores de peso na luta do povo

Xavante, uma vez que, após 20 anos da realização da Eco92, Marãiwatsédé ainda segue intrusada e os A'uwẽ sem o usufruto pleno de seu território.

Segundo Carolina Rewaptu, diretora da escola estadual, essa conquista assegura o território para os *Ropototé*, nome usado para a geração nascida na TI Marãiwatsédé e também o resguardo dos anciãos que nasceram antes da retirada, a fim de que possam ter a alegria de viver e ver a Marãiwatsédé de antigamente florescer. Esse sentimento está expresso na fala de um dos anciãos que diz: “Quero entregar a terra para a geração que está vindo, a terra significa que ele nasceu aqui, cresceu aqui é o dono dela, desta terra sagrada. (Francisco Tsipé, entrevista realizada em 3 de junho de 2012).

O mesmo sentimento também está presente na fala de Zeferino que diz:

*Já sofri muito, perambulei em todas as regiões Xavante, mas ninguém não aceitou a minha presença, a nossa descendência Marãiwatsédé sempre foi discriminado, maltratado, criticado, então como eu estou aqui na minha terra nativa, eu quero mais ficar mais tranquilo morrer em paz, deixar meus netos mais tranquilos ocupando suas próprias terras, então minha esperança é isto. (Zeferino Tsimrihu, entrevista realizada em 4 de junho de 2012)*

A esperança da comunidade de Marãiwatsédé é de que, em 2013, a terra de origem esteja finalmente ‘livre’ dos invasores. Isso se deve ao fato de que o processo de desintrusão se iniciou, efetivamente, no dia 10 de dezembro de 2012, por meio do trabalho da Força Nacional, da Polícia Rodoviária Federal, do Exército, da Secretaria Geral da Presidência da República e da Polícia Federal, que cumpriram a decisão judicial que legitima o direito constitucional do povo Xavante e os permite viver em seu lugar de origem.

O processo de reintegração de posse aos A'uwẽ Marãiwatsédé tem gerado uma grande discussão, uma vez que, de um lado, estão os que defendem a permanência dos não indígenas e, de outro, os que reconhecem os direitos indígenas em relação ao território de ocupação tradicional que havia sido usurpado indevidamente pelo poder oficial.

A desintrusão era um sonho do cacique Damião e de todos os A'uwẽ Marãiwatsédé que se torna realidade e desencadeia um novo desafio, no que diz respeito à reocupação total do território, uma vez que somente 10% do lugar estão ocupados tradicionalmente. É preciso realizar a reterritorialização e restituir a mata para que os animais possam voltar e os A'uwẽ possam usufruir dos recursos naturais, fundamentais para a vida tradicional e a sua sobrevivência física, cultural e espiritual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Durval Rosa. **Rio Araguaia de corpo e alma**. IBRASA: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CANUTO, Antonio O árduo e longo caminho para o e conhecimento dos direitos de comunidades tradicionais Direitos Humanos no Brasil 2012 Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. In: MERLINO, Tatiana. MENDONÇA, Maria Luisa. Disponível em: [http://reporterbrasil.org.br/documentos/DH\\_relatorio\\_2012.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/DH_relatorio_2012.pdf) .Acesso em: 17 dez 2012.

CASALDÁLIGA, Pedro. Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social, 1971.

FERRAZ, Iara, RODRIGUES, Patricia Mendonça. **Relatório de Identificação da Área Indígena Marãiwatsédé**. Brasília: FUNAI, 1992.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil**. Política Indigenista, a marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988). Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GIACCARIA, Bartolomeu e HEIDE Adalberto. **XAVANTE** (Auwê Uptabi: povo autentico). 2 ed. Campo Grande: Editora Salesiana Dom Bosco, 1984.

GIACCARIA, Bartolomeu. Ensaios. **Pedagogia Xavante**. Aprofundamento Antropológico. Campo Grande: Editora: UCDB 1990.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda. **Ró - Cerrados e mundo A'uwê Xavante**, GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, pp. 117 - 130, 2011.

LOPES DA SILVA, Aracy. **Nomes e amigos**: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jês,. São Paulo: FFLCH Universidade de São Paulo, 1986.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC- SP, 1981.

PARET, Carlos Garcia; FANZERES, Andreia. **Marãiwatsédé, Terra de Esperança**. Cuiabá: ANSA/OPAN, 2012.

ROSA, Luciene de Moraes. **Encontros e Desencontros entre os A'uwê Uptabi e os Waradzu no Espaço Urbano de Barra do Garças**.dissertação de Mestrado (em História). Goiânia: UFG, 2008.